

O 2º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM AÇÕES SUBSIDIÁRIAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Tenente-Coronel Jucenílio Evangelista da Silva

O Tenente-Coronel de Infantaria Evangelista é o Comandante do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), sediado em Belém, PA. Foi declarado aspirante-a-oficial em 1991, tendo concluído o curso de Comando e Estado-Maior em 2008. Especializado em operações na selva, possui mais de dez anos de experiência em operações na região da Amazônia Oriental e comandou a execução das Operações Hileia Pátria e Awá Guajá. Apresentou propostas de planejamento, gestão e execução de operações em ambiente interagências, possui inúmeros artigos e trabalhos no contexto de operações na Região Amazônica. Serviu como observador das Nações Unidas no Timor Leste. Está classificado no Comando de Operações Terrestres. (evangelista91@bol.com.br).



O Exército Brasileiro (EB), de acordo com a Constituição Federal e outros diplomas legais, tem como missão básica defender a Pátria, contribuindo para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Como instituição permanente, apoia ações de assistência humanitária conduzidas por diversos órgãos civis em casos de desastres, colabora em inúmeras ações sociais, constrói estradas e realiza outras obras de engenharia.

Desde a regulamentação do emprego e preparo das Forças Armadas (FA), por intermédio da Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999 (LC 97/99), alterada pela Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004 (LC 117/04), verificou-se um aumento significativo da participação das FA, em particular do Exército, no apoio à sociedade brasileira, no contexto das ações subsidiárias.

Na estrutura do EB, o Comando de Operações Terrestres (COTER) é o Órgão de Direção Setorial (ODS) com a missão de orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre (F Ter), em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército, sendo, portanto, encarregado dessas ações subsidiárias. O comando militar de área (C Mil A) é o responsável pela condução das operações dessa natureza, delegando a missão de execução para seus elementos subordinados.

Dentro dessa estrutura, o Comando Militar do Norte (CMN), o mais novo C Mil A do EB, tem atribuído missões, relacionadas às ações subsidiárias, para o 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), nos estados do Pará, Maranhão e Amapá.

No presente artigo, serão apresentadas duas operações no contexto das ações subsidiárias executadas pelo 2º-BIS, sediado em Belém-PA, analisando-as nos aspectos de apoio à sociedade e de preservação do meio ambiente.

OPERAÇÃO HILEIA PÁTRIA

Dentro das estratégias traçadas pelo Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (PNAPA) de 2013, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) executou a Operação Hileia Pátria, cujo objetivo foi combater o desmatamento ilegal em áreas federais protegidas da Amazônia Brasileira, localizadas nos Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

O 2º BIS recebeu a missão de prestar o apoio logístico, o apoio de comunicações e o

apoio de instrução para os agentes do IBAMA que participaram da operação. A área de atuação abrangeu a região do Gurupi, as terras indígenas do Alto Rio Guamá e Alto Rio Turiaçu, localizadas no Maranhão e no Pará, abrangendo os municípios de Nova Esperança do Piriá, Paragominas e Cachoeira do Piriá. Para prestar o apoio logístico, o 2º BIS montou uma base de apoio, atendendo as necessidades de hospedagem e alimentação dos agentes, assim como apoio médico, de

comunicações e coordenação do transporte de madeira e dos meios apreendidos. A atividade teve a duração de sessenta e quatro dias, com a apreensão de mais de 3.000 m³ (três mil metros cúbicos) de toras de madeira. Os recursos alocados para a operação permitiram o transporte de apenas 644 m³ (seiscentos e quarenta e quatro metros cúbicos) desse total, o que exigiu uma logística complexa, devido à contratação de caminhões e à coordenação de comboios.



Retirada da madeira apreendida.

A manobra de retirada do material apreendido foi atribuída ao EB, sendo importante destacar dois aspectos:

- a coordenação de atividade administrativa com fins logísticos, que é comum nas operações militares; e
- a exposição pouco desejável da imagem da F Ter, uma vez que os militares estavam

investidos de tarefas não pertinentes, sob o ponto de vista dos que participam da cadeia produtiva de exploração de madeira, seja ela legal ou ilegal.

OPERAÇÃO AWÁ GUAJÁ

Com base na decisão do processo da Justiça Federal nº 95.0000353-8, a Presidência

da República, por meio da Secretaria Nacional de Articulação Social, determinou a remoção de todas as pessoas e o desfazimento das propriedades do interior das Terras Indígenas Awá Guajá, no Estado do Maranhão, dentre outras medidas.

Inserido na operação, o 2º BIS recebeu a missão de cooperar com a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGe/PR) e outros órgãos e agências do Governo Federal, no que se refere ao apoio logístico, especificamente nas seguintes atividades: comunicações, alojamento, alimentação, postos de abastecimento de viaturas e apoio de saúde.

Deve-se destacar que essa operação, iniciada em 1º de janeiro de 2014, foi bastante complexa. Houve a inconveniência da descentralização tardia de recursos, em 27 de dezembro de 2013, ao término do exercício financeiro, gerando os problemas administrativos decorrentes de gestão orçamentária, pois esses recursos foram incluídos em restos a pagar.

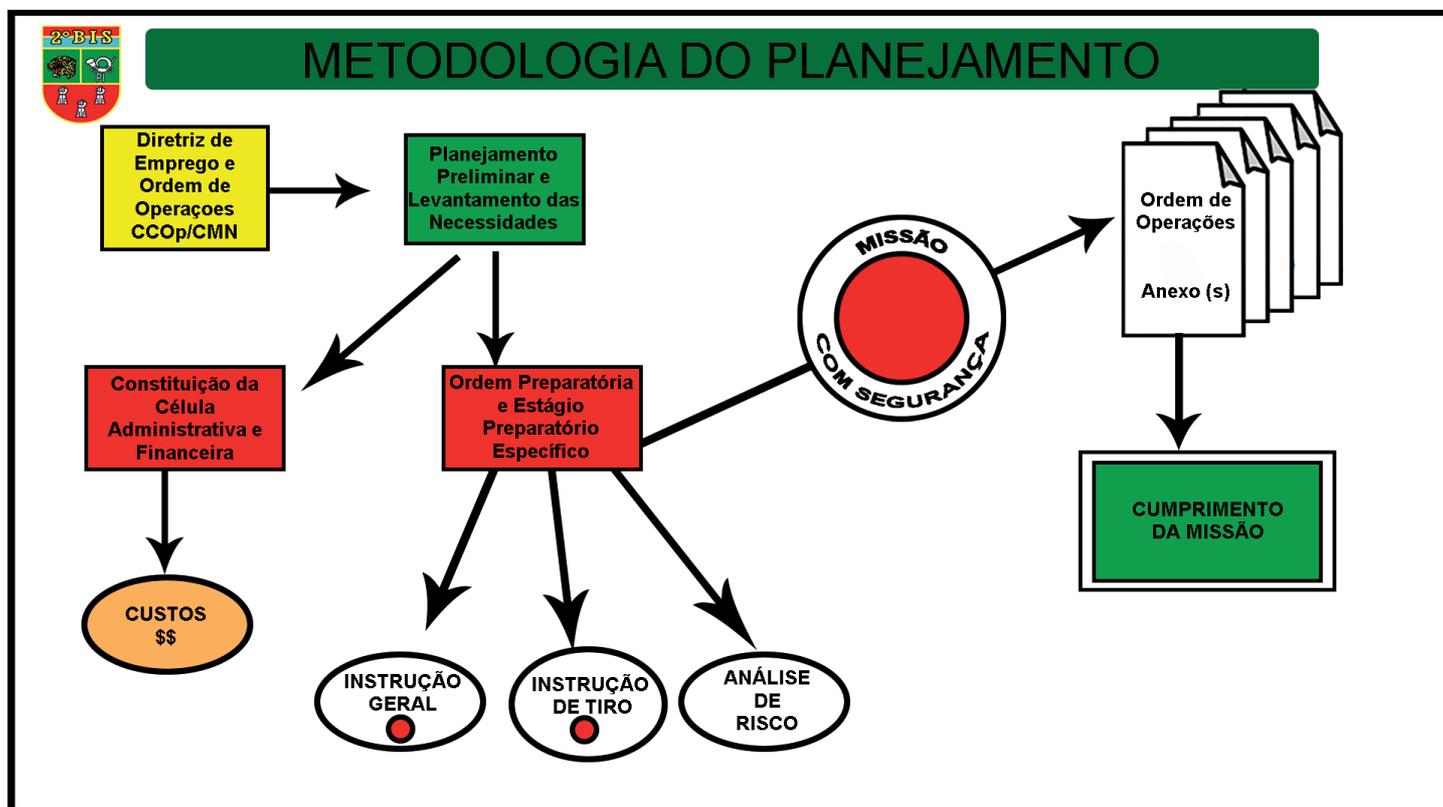
A operação foi muito sensível, inclusive

pela repercussão internacional, em decorrência da aventada possibilidade de extinção da etnia indígena Awá Guajá, devido à ação extrativista dos madeireiros e grileiros na reserva delimitada. O fato foi amplamente coberto por diferentes equipes da mídia e acompanhado por organizações não governamentais.

Nessa ação da SGe/PR e demais órgãos governamentais, foram deslocadas 350 (trezentas e cinquenta) famílias, totalizando 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, aproximadamente. Grupos de fazendeiros e posseiros foram afetados e a possibilidade de confronto foi uma das maiores preocupações do Comando do 2º-BIS, pois a situação poderia evoluir rapidamente de ação subsidiária para garantia da lei e da ordem.

A SISTEMÁTICA DO PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES

O planejamento para o cumprimento das citadas missões seguiu o quadro abaixo, embasado em uma sequência lógica, que orientou a execução da tarefa de forma



sistemática.

O recebimento da diretriz de emprego do CMN, ainda que verbal, antecedendo à emissão da ordem de operações, favoreceu o início dos planejamentos do escalão executante, cuja providência imediata foi o levantando das necessidades e dos custos da operação.

Foi criada uma célula administrativa e financeira, com profissionais destinados exclusivamente para auxiliar a fiscalização administrativa na elaboração dos empenhos, no acionamento dos fornecedores e na coordenação com o almoxarifado para o recebimento do material e posterior liquidação.

Paralelamente às medidas administrativas, a 3ª Seção da Unidade montou um estágio de preparação específico para o contingente encarregado do apoio logístico. Nesse estágio foram ministradas instruções peculiares ao tipo da atividade a ser realizada, noções da legislação em vigor, normas de conduta e emprego de tropa e a realização de tiro, tudo isso de acordo com o Projeto de Gestão de Segurança do CMN, denominado “Missão com Segurança” e representado por um círculo vermelho envolvido por esse dístico.

O estado-maior da unidade levantou os principais pontos e momentos críticos da operação, propondo medidas para minimizar os riscos. Nesse criterioso trabalho, foram considerados aspectos inseridos na ordem de operações e foram estabelecidos os procedimentos a serem ministrados no estágio de preparação específico, tais como: conduta com a mídia, procedimentos com civis, contato com indígenas, normas de conduta, emprego de tropa, operações aeromóveis, prevenção de acidentes motorizados, dentre outros.

Nesse planejamento, o tempo foi o fator decisivo, o qual interferiu sobremaneira

na execução da missão. Os recursos foram descentralizados tardiamente e os meios adquiridos foram recebidos após a partida para o cumprimento da missão.

PECULIARIDADES DAS MISSÕES DE APOIO AO COMBATE AOS DELITOS AMBIENTAIS

A preservação do meio ambiente é uma megatendência universal e altamente desejada pela sociedade. Em geral, as ações com base nesse fundamento são bem aceitas, mas podem afetar diretamente algumas classes sociais, por exemplo, aquelas que por anos sobrevivem das atividades decorrentes do extrativismo, particularmente a extração ilegal da madeira e o garimpo. Qualquer ação inibidora desse tipo de atividade econômica gera antagonismos, podendo colocar os agentes governamentais em situações de enfrentamento não desejáveis diante das reações daqueles que se sintam prejudicados.

A LC 117/04 define claramente a atribuição subsidiária ao Exército no sentido de cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. Fica evidente que essa missão não tem caráter repressivo, não cabendo às FA agir diretamente sobre os delitos nem prover a segurança dos agentes, uma tarefa crítica que não foi ainda devidamente regulamentada. É comum que os órgãos governamentais busquem uma atuação do Exército mais ampla, entretanto não há amparo legal, o que limita o EB às atividades de apoio.

ATUAÇÃO DA TROPA EM ÁREAS INDÍGENAS

No trato com etnias indígenas, é fundamental a participação e o acompanhamento de funcionários da FUNAI.

Na situação vivenciada, a etnia Awá Guajá era considerada de difícil contato, sendo recomendado que a tropa não se aproximasse

dos indígenas para evitar possíveis contaminações por doenças típicas do homem civilizado.



A distância entre os indígenas e os agentes pode ser observada na foto acima.

A ATUAÇÃO EM UM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS

As operações interagências são essenciais para o sucesso das ações subsidiárias. Na Op Hileia Pátria, atuaram as seguintes agências governamentais: o IBAMA, o Instituto Chico Mendes, a Polícia Militar Ambiental, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, o Ministério da Agricultura e a Justiça Federal.

A coordenação dos trabalhos foi fundamental para alcançar os resultados almejados, pois o êxito é diretamente proporcional à integração das ações de cada agência governamental. Nas operações

interagências os princípios de guerra nem sempre são plenamente obedecidos, o que pode gerar resultados indesejados. A inobservância do princípio da unidade de comando dificultou as ações, uma vez que a relação foi de cooperação e as tarefas foram descentralizadas e independentes.

O chefe militar tem a tendência de assumir a coordenação das atividades, mas a atuação do Exército nas ações subsidiárias é de apoio, ou seja, de um elemento coadjuvante que presta um serviço em benefício do órgão federal encarregado da ação principal. É necessária uma significativa adaptabilidade, em uma vez que os elementos da F Ter jamais fiquem subordinados às agências civis.

Para o melhor entendimento do ambiente

interagências, o autor Willian J. Davis Jr resumiu o cumprimento da missão no mnemônico “6C”: compreender, coordenar, cooperar, concessões (fazer), consenso (buscar o) e comunicar-se, segundo seu artigo publicado na edição americana da *Military Review*, jan/fev 2011.

Na Op Hileia Pátria, a coordenação das atividades ficou a cargo do IBAMA e na Awá Guajá, a cargo do Coordenador Geral dos Movimentos de Campo da SGe/PR, que possuía larga experiência em atividades do gênero, o que facilitou a execução dos trabalhos.

O RELACIONAMENTO COM A MÍDIA

As ações subsidiárias estão geralmente relacionadas à atuação em benefício da sociedade, para atender a uma necessidade da população ou para aumentar a efetividade de órgãos governamentais que afetam diretamente o interesse da comunidade. Assim sendo, a imprensa estará presente para cobrir o evento.

A preparação dos comandantes para o relacionamento com a mídia cresce de importância. A coordenação deve ser realizada no mais alto escalão, nível C Mil A, com a centralização das entrevistas pela autoridade competente. Devem ser produzidas imagens que retratem a atuação do Exército, mostrando o apoio prestado e enfatizando o trabalho do soldado brasileiro no cumprimento de sua missão em benefício da população local, cooperando também com a preservação ambiental. A seriedade, a honestidade, o profissionalismo e a dedicação de cada militar evidenciam o comprometimento da tropa com os valores institucionais.

Para tanto, os locais onde as atividades logísticas estão sendo executadas devem ser abertos à visitação, permitindo que todos vejam *in loco* o que está sendo feito.

O comportamento exemplar de cada participante da operação é o melhor instrumento da comunicação social.

A real atuação da tropa deve ser divulgada por meio de nota à imprensa, informativos à comunidade e adequada conduta da tropa executante.

O chefe militar deve sair do foco das atenções, concedendo entrevistas curtas, deixando a maior parte do tempo para o órgão responsável pela condução das ações.

AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS E APOIO À POPULAÇÃO

As ações cívico-sociais (ACISO) são atividades realizadas para prover assistência e auxílio a comunidades, para desenvolver o espírito cívico e comunitário dos cidadãos e para resolver problemas imediatos e prementes. Normalmente, a capacidade para executar ACISO fica limitada às FA, que por meio de seu aparato logístico têm condições de desdobrar meios suficientes para ofertar a “mão amiga” à população. Nas Op Hileia Pátria e Awá Guajá, essas ações foram de grande valia para obter o apoio da população,



Ação Cívico-Social (ACISO).

que conseguiu identificar a atitude amigável da tropa.

Na Op Awá Guajá a doação de trezentas cestas básicas de alimento, providenciadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e entregues pela tropa, permitiram uma subsistência por trinta dias às famílias deslocadas. Embora não tenha solucionado o problema dos afetados, essa ação amenizou a relação deles com os agentes da desintrusão [1].

A ESTRUTURA DO APOIO

A estrutura do apoio dependeu das particularidades de cada missão. Na

Op Awá Guajá a estrutura montada foi complexa em razão das diferentes atividades logísticas relacionadas. O local de emprego distava 520 km (quinhentos e vinte quilômetros) da sede da Unidade, sendo 180 km (cento e oitenta quilômetros) em estrada sem revestimento asfáltico.

O deslocamento diurno era realizado em dez horas, tornando-se um complicador que estendia o apoio logístico ao seu limite máximo.

A missão de alojar exigiu a montagem de um acampamento com trinta e quatro barracas, com locais de hospedagem separados para homens e mulheres, atendendo a efetivos variáveis, que chegaram a cento e cinquenta agentes. As condições de conforto foram as melhores possíveis, por se tratarem de civis que permaneceriam alojados durante longo período de tempo.

Para a alimentação dos agentes e da

tropa de apoio foram disponibilizadas quatro refeições diárias, com a montagem de cozinha e padaria de campanha. Uma das maiores dificuldades foi a aquisição dos gêneros relativos ao quantitativo de subsistência (QS) pela própria unidade, de forma diferente da convencional, quando esses gêneros são distribuídos pela cadeia logística. Durante os 111 (cento e onze) dias da operação, foram transportadas 85 ton (oitenta e cinco toneladas) de alimentos e 3.000 l (três mil litros) de água potável, exclusivamente por via terrestre, empregando semanalmente três viaturas de 5 toneladas.

A atividade de abastecimento de combustível exigiu a montagem de um posto de distribuição de suprimento de classe III (combustível) e de dois postos de ressuprimento avançados.

A utilização de viaturas cisternas dinamizou o processo, mas o rigor das chuvas e a consequente intransitabilidade das estradas impôs o repositonamento de

suprimentos em diferentes locais onde os agentes atuavam.

A Lei Complementar 117/04 define claramente a atribuição subsidiária ao Exército no sentido de cooperar com os órgãos federais na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. Fica evidente que essa missão não tem caráter repressivo.

A ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

A atuação das agências governamentais transcorreu de acordo com a particularidade de cada uma, dentro das suas esferas de atribuições e de acordo com a lei. O maior desafio consistiu em trabalhar integradamente, de forma a atender todos os anseios e sem inibir ações. Sem dúvida, a maior dificuldade esteve na coordenação. Algumas

vezes, o Exército foi instado a assumir esse papel, ainda que não lhe coubesse.

Como elemento apoiador, deve-se entender que as ações principais estão destinadas às agências governamentais, mas o modo de elas agirem repercute diretamente na imagem institucional do EB. Dessa forma, torna-se fundamental acompanhar os planejamentos e intervir

quando necessário.

Quando os órgãos governamentais são envolvidos para implementar as ações sociais, os resultados são normalmente mais expressivos. Assim, nas Op Hileia Pátria e Awá Guajá, a participação ativa do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social, dentre outros órgãos, foi fundamental para



Agências Governamentais.

de evitar que ocorressem apenas as ações repressivas

Na Op Awá Guajá, a disponibilização de áreas destinadas à reforma agrária,

mediante a cessão de loteamentos e acesso a benefícios sociais, contribuiu para os acordos necessários, impedindo confrontos entre os órgãos de segurança pública e os indivíduos mais afetados na desintrusão.

LIÇÕES APRENDIDAS

As Op Hileia Pátria e Awá Guajá foram dois exemplos de ações subsidiárias de extrema sensibilidade em que o 2º BIS esteve envolvido nos anos de 2013 e 2014, servindo para a unidade demonstrar sua capacidade de prontidão e gestão em ambiente interagências. Dessas duas operações, pode-se resumir as seguintes lições aprendidas mais importantes:

- o estudo metucioso da missão, valendo-se da análise de risco do emprego da tropa, com repercussão para a imagem institucional da F Ter, é fundamental para minimizar ou eliminar esse risco;

- o levantamento minucioso das necessidades logísticas, o lapso temporal entre a descentralização de recursos e o início das operações e a eficiência na gestão orçamentária são essenciais para a qualidade do apoio prestado;

- a constituição de uma célula administrativa e financeira exclusiva para gerenciar os recursos da operação e controlar o recebimento dos meios adquiridos, foi um fator relevante de sucesso;

- a compreensão do ambiente interagências e a capacidade de nele inserir-se eficazmente são desafios a serem alcançados;

- o relacionamento com a mídia, utilizando-a como aliada para divulgar o real papel da tropa, é fator de sucesso;

- uma rápida sistemática de trabalho

de estado-maior, com base no processo de planejamento e condução das operações militares, com as necessárias adequações de gestão, é imprescindível para atingir os objetivos propostos;

- um detalhado estágio de preparação específico possibilitou que a tropa tivesse a prontidão necessária para enfrentar as diversas situações surgidas;

- a adoção das medidas de prevenção de acidentes, fundamentadas em um programa de segurança, evitou a queda

no moral que poderia ter sido causada por fatalidades.

C o n c l u i - s e , destacando o grau de confiabilidade junto à população brasileira alcançado pelas FA, em particular pelo EB, devido à sua presença nacional, capacidade logística e facilidade de inserção nas diferentes camadas sociais. Isso confere o protagonismo à F Ter nas mais sensíveis

ações do Governo Federal. As experiências obtidas pelo 2º BIS, ao participar dessas duas sensíveis operações de ações subsidiárias na Amazônia Oriental, seguindo os preceitos mencionados neste artigo, permitiram ao escalão superior, o recém-criado Comando Militar do Norte, atingir os objetivos almejados. A cooperação da F Ter foi de fundamental importância para que as agências governamentais pudessem cumprir suas atribuições, mantendo o alto valor de confiabilidade creditada pela população ao Exército Brasileiro.

A Lei Complementar 117/04 define claramente a atribuição subsidiária ao Exército no sentido de cooperar com os órgãos federais na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. Fica evidente que essa missão não tem caráter repressivo.

NOTA

[1] A desintrusão é uma medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da terra indígena a um povo, depois da etapa final do processo. É um instrumento jurídico para garantir a efetivação plena dos direitos territoriais indígenas, por meio da retirada de eventuais ocupantes não indígenas. Página <http://www.maraiwatsede.org.br/content/o-que-significa-desintrus%C3%A3o>, acessada em 22 dez. 2014.

